



Iniciamos este editorial apresentando um breve relato sobre o 7º Encontro Nacional da ANPPAS, destacando a diversidade temática e a crescente abrangência no debate de temas atuais que dialogam com a realidade brasileira, latino-americana e internacional. Foram 465 inscritos, sendo 54 alunos de graduação, 223 de pós-graduação e 138 professores e profissionais, além dos 40 palestrantes em mesas redondas e painéis.

A conferência de abertura proferida pelo Prof. Dr. José Augusto Pádua – com o título “O Dilema do Berço Esplêndido: o Brasil na História do Antropoceno” abordou a intensa aceleração do consumo dos elementos naturais e os impactos das mudanças demográficas em âmbito mundial nos últimos 60 anos. Para o Prof. Pádua o intenso processo do Brasil como provedor de recursos naturais na forma de commodities tem um efeito degradador dos recursos naturais. Mas também ressaltou a importância potencial do país como referência em alternativas sustentáveis de apropriação de recursos naturais.

As diversas Mesas redondas formadas por convidados nacionais e internacionais, que abordaram temas na ordem do dia como ‘Responsabilidade socioambiental corporativa’, ‘Pagamento por serviços ambientais’, ‘Lei de acesso à biodiversidade’, ‘Mudanças climáticas e segurança alimentar’, ‘Política de Gestão Ambiental em Terra Indígena’, e ‘Bioenergia na economia de baixo carbono’.

Foram realizados oito Painéis propostos por professores e/ou pesquisadores da área para apresentação de trabalhos encomendados a três especialistas com abrangência temática. Abordaram-se de um lado temas associados com governança e políticas públicas tais como interações entre as políticas públicas e a agenda das mudanças climáticas na América Latina, novos arranjos de governança para limitar desmatamento: dando um papel proativo ao setor agrícola, mudanças Ambientais Globais: As políticas ambientais (com ênfase nas políticas climáticas) no Brasil e na China e Global Water Partnership e a visão de segurança hídrica nas escalas global, continental e nacional. De outro lado realizaram-se painéis com foco teórico em quatro temas, a saber Georgescu-Roegen, macroeconomia ecológica e decrescimento, Gênero e governança, Ambiente, política e desenvolvimento: o Brasil entre a tradição e a modernidade e conflitos ambientais.

O 7º encontro contou com 18 Grupos Temáticos, onde foram submetidos e apresentados artigos completos, mais o GT ‘Jovens Pesquisadores’, que recebeu resumos, e foi o espaço para apresentação de pôsteres. Foram submetidos 438 artigos e 71 resumos, e aceitos 309 artigos e 61 pôsteres. A taxa de rejeição foi de 27%.

O Prêmio ANPPAS 2015 de melhor tese e dissertação teve os seguintes agraciados:

1. *Menção Honrosa – Dissertação de Mestrado*

Paulo Roberto Cunha. “O Código Florestal e os Processos de Formulação do Mecanismo de Compensação de Reserva Legal (1996-2012): Ambiente Político e Política

Ambiental”. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Orientação: Neli Aparecida de Mello-Théry

2. *Melhor Dissertação de Mestrado*

Laila Thomaz Sandroni. “Conservação da Biodiversidade nas Ciências Sociais Brasileiras: Um Campo em Construção”. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientação: Maria José Teixeira Carneiro

3. *Menção Honrosa Tese de Doutorado*

Satya Bottin Loeb Caldenhof. “Mudanças Sociais, Conflitos e Instituições na Amazônia: Os Casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini”. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas. Orientação: Lúcia da Costa Ferreira

4. *Melhor Tese de Doutorado*

Luis Otávio do Canto Lopes. “Conflito Socioambiental e (Re)Organização Territorial: Mineradora Alcoa e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil”

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação: Jalcione Almeida

Nossos parabéns aos premiados que mostram o resultado de seus mestrados e doutorados em programas vinculados à Anppas, e nossos agradecimentos aos apoiadores financeiros – CAPES, CNPq e IRD que foram fundamentais para a viabilização do 7º Encontro.

Este volume foi organizado pelos professores Joaquim Shiraishi Neto e Dimas Floriani que tiveram sua proposta acolhida pelos editores de Ambiente e Sociedade com volume dedicado ao tema “Meio Ambiente, Direitos e Conflitos” composto de artigos que abordam a problemática em diversas regiões do Brasil.

Os autores *Larissa Mellinger* e *Dimas Floriani* realizaram um estudo de caso junto a populações “tradicionais” ao redor da baía de Guaratuba, litoral sul paranaense no artigo “**Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná**”. O objetivo foi contextualizar o que hoje se chama de “participação social” ou “gestão participativa”, sob a perspectiva da conservação ambiental no Brasil, utilizando como referências as teorias social e política.

No artigo “**Pueblos originarios, conflicto socio-ambiental y post-desarrollo en America Latina**”, o autor *Fernando de la Cuadra* versa sobre as diferenças e contradições das visões de desenvolvimento dos povos indígenas e da sociedade moderna, em especial com relação ao uso dos recursos naturais. O objetivo é refletir sobre o resgate dos saberes tradicionais para transformar a relação meio ambiente e sociedade.

O artigo “**(Des) acordos quanto ao uso dos recursos naturais em um contexto de Transformação fundiária em Sergipe**”, analisa o processo de disputa jurídica entre os catadores e o proprietário de uma área que contém mangabeiras nativas. Os autores *Dalva Maria da Mota*, *Heribert Schmitz* e *Amintas da Silva Júnior* pesquisaram de que forma estes atores se relacionam com os recursos naturais chamando a atenção para a complexidade do pluralismo jurídico.

Os autores *Jodival Mauricio da Costa* e *Marie-Françoise Fleury* abordam a questão ambiental sob os pontos de vista da organização do espaço e das ações no território. O artigo “**Programa “Municípios Verdes”: Estratégias de revalorização do espaço em municípios paraenses**” apresenta de que forma o programa possibilitou um processo de revalorização econômica do espaço a partir do discurso do desenvolvimento sustentável.

No artigo “**O suor marca a terra: trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará**”, o autor *Luis Fernando Cardoso e Cardoso*, realizou uma pesquisa de campo junto às comunidades quilombolas do município de Salvaterra, na ilha do Marajó, com o objetivo de refletir como essas comunidades se apropriam do território para defender suas próprias expressões de vida e percepções de mundo.

As autoras *Josilene Ferreira Mendes* e *Noemi S. Miyasaka Porro* analisaram os conflitos sociais relacionados à implementação de políticas agrárias e ambientais do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, no município de Anapu – Pará, com o artigo “**Conflitos sociais em tempos de ambientalismo: direito vivo à terra em assentamentos com enfoque conservacionista**”.

No artigo “**Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil**” os autores *Ricardo Cid Fernandes* e *Leonel Piovezana* discutem aspectos da relação cultura-natureza entre grupos indígenas no sul do Brasil, com base na etnografia sobre os grupos kaingang do Oeste do estado de Santa Catarina. O objetivo é demonstrar que a articulação entre a política e as concepções cosmológicas está na base da perspectiva indígena sobre seus direitos territoriais e ambientais.

Com o objetivo de refletir sobre o conflito socioambiental envolvendo o poder público e os moradores do Jardim Icarai, em Curitiba, Paraná. Os autores *Rosirene Martins Lima* e *Joaquim Shiraishi Neto*, refletem sobre o direito ambiental como instrumento de produção e difusão de uma “ideia oficial de meio ambiente” que legitima o plano de intervenção das políticas urbanas no artigo “**Conflitos Socioambientais: O Direito Ambiental como Legitimador da Atuação do Estado no Jardim Icarai, Curitiba**”.

Os autores *Estevão Bosco* e *Gabriela Marques Di Giulio* apresentam os aspectos gerais da teoria da sociedade de risco, elaborada por Ulrich Beck, destacando as contribuições, insuficiências e desafios deixados para os estudos em Ambiente e Sociedade a partir de

uma avaliação crítica no artigo “**Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em Ambiente e Sociedade e desafios**”.

Por fim, a resenha “**A modernidade insustentável. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea, de Héctor Ricardo Leis**” do autor *Luciano Félix Florit*, analisa a obra publicada em 1999, como um subsídio ao ambientalismo e um convite à reflexão crítica sobre as armadilhas da modernidade neste momento histórico.

Desejamos a todos uma boa leitura e contamos com vocês para ampliar a disseminação da revista.

**Pedro Roberto Jacobi**

Editor-Chefe

Revista Ambiente & Sociedade

Faculdade de Educação da USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20151801editoen>